

TERMO DE REFERÊNCIA

FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CEI VEREADOR ELÓI CAMILO DA COSTA

1. INTRODUÇÃO.

O presente documento trata dos procedimentos e orientações necessárias para contratação de empresa através do ato público de concorrência, objetivando a execução de obras de **FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CEI VEREADOR ELÓI CAMILO DA COSTA** localizada na Rua Alice dos Santos Bittencourt, s/n, Loteamento Pedro Paulo Rebelo, Bairro São Vicente - Itajaí/SC,

2. JUSTIFICATIVA.

O presente serviço se deve ao não cumprimento do contrato 011/16 por parte da empresa, onde devido a significativos atrasos e não cumprimentos de prazos de entrega a Secretaria Municipal de Educação optou pela não aditamento do contrato.

Devido a obra estar na fase final de conclusão, chegou a aproximadamente 85% executado e a licitação ter ocorrido ao ano de 2015, faz-se a contratação de nova empresa para finalizar a partir da atualização do saldo contratual conforme valores atuais dos itens originais dos itens do SINAPI (02/2021) e do reajuste conforme IPCA da data da licitação (12/20150 para o mês de fevereiro de 2021 batendo com as datas do SINAPI.

Ressalta-se também a inclusão de novos itens para finalização da obra devido ao passar dos anos onde criou-se novas necessidades para as unidades educacionais, como a troca do parque para o padrão utilizado pela SME em madeira plástica com piso em TPE sob calçada em concreto, ar-condicionado para as salas de aulas não contemplados na licitação original. Repintura da unidade devido ao desgaste pela não finalização dos serviços. Itens a serem revisados, danificados, roubados ou depreciados durante o período de encerramento do contrato e início do ano, como forros, fiação elétrica, azulejos e granitos.

Inclui-se também por isso o serviço de vigilância para o período de finalização para proteção do imóvel e equipamentos a serem instalados até que se possa por parte da Secretaria de Educação fazer a instalação de sistema de monitoramento ou designar porteiro para a unidade. A Secretaria Municipal de Educação numa ação ímpar necessita providenciar a realização de medida administrativa por intermédio de ato administrativo requisitando a contratação dos serviços que visa garantir o atendimento desta unidade escolar em questão.

3. OBJETO.

3.1. Esta licitação modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tem por objeto a contratação de empresa para:

Descrição
FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CEI VEREADOR ELÓI CAMILO DA COSTA

4. ANEXOS.

4.1. Fazem parte integrante e indissociável deste edital:

- Planilha Orçamentária;
- Cronograma.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1. Parte do valor, **R\$ 240.065,42** será de dotação oriunda do FNDE com repasse conforme andamento dos serviços, o saldo **R\$ 631.448,65** resultado da atualização dos valores do FNDE e demais itens será por despesa de recursos próprios totalizando **R\$ 871.514,07**.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

6.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a habilitação de empresas que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto, bem como a contratação daquela empresa que oferecer a **PROPOSTA DE MENOR PREÇO GLOBAL** para o Município de Itajaí conforme **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

6.2. Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

6.3. Será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO** dos serviços de: Aterro, Infra-Estrutura, Esquadrias, Bancadas e Divisórias, Instalação Elétricas, Hidráulicas e Lógicas, Instalações de Combate e Prevenção de Incêndio, Cabeamento Estruturado (caso haja necessidade), nestes casos a empresa deverá dispor de um técnico preposto com experiência comprovada em tempo integral na obra, atuando na supervisão dos serviços. A empresa vencedora ficará responsável por todos os serviços contemplados na planilha do contrato independente de subcontratação ou execução direta incluindo qualquer tipo de encargos sociais.

6.4. Ficará a cargo da empresa contratada, apresentar posteriormente ao recebimento da **Ordem de Serviço (O.S.)** um **PLANO ESTRATÉGICO DE EXECUÇÃO DE OBRAS**, que

será submetido à fiscalização, esta aprovará ou não a proposta de trabalho emitida pela contratada.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

7.1. Certificado de Registro e Regularidade da empresa (pessoa jurídica): A proponente deverá comprovar regularidade e registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.

- Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade da empresa.

7.2. Certificado de Registro e Regularidade do Profissional (pessoa física): Apresentar registro e/ou certidão de inscrição e comprovante de regularidade junto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução do serviço contratado e a comprovação do vínculo empregatício, devendo constar, no mínimo:

1 (um) Arquiteto ou Engenheiro Civil);

- Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade;
- Comprovação de vínculo empregatício de cada profissional.

7.3. Capacidade Operacional e Profissional (pessoa jurídica / pessoa física): A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA, do(s) responsável(eis) técnico(s), ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA - OPERACIONAL	
Reforma ou execução de edificação em alvenaria	750 m²

- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- CAT(s), devendo ser acompanhada(s) das respectivas RRT/ART(s) em caso de necessidade de complementação de informações.

7.3.1. Será permitida para a comprovação quantitativa mínima de todos os itens acima a apresentação de certidão e atestado proveniente de no máximo 02 (três) contratos distintos. A limitação da quantidade de atestados exigida para comprovar a Capacidade Operacional, se deve ao fato de que as obras que serão supervisionadas possuem grau de complexidade técnica de execução que exigirá aprimorados conhecimentos operacionais e profissionais, de forma a cumprir plenamente todas às exigências do Termo de Referência.

7.3.2. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

7.3.3. Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, em acordo ao disposto no § 2º do Artigo 30 da Lei 8.666/93. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.

7.3.4. A fim de agilizar a avaliação do processo, solicita-se a identificação dos Itens de Relevância Técnica nos atestados por parte da Licitante.

7.4. Capacidade Profissional (pessoa física): O responsável técnico (pessoa física) deve comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA / CAU, experiência na execução de obra compatível em características com o objeto licitado – **Reforma ou Execução de Edificação.**

- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- CAT(s) acompanhada(s) das respectivas RRT/ART(s).

7.5. Orientações Gerais:

7.5.1. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA, devidamente atualizada;

7.5.2. Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

7.5.3. Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas."

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

9.1. Fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, obrigações fiscais e sociais, seguros por danos pessoais,

materiais, responsabilidades técnicas e civil, correrão à custa exclusiva do proponente vencedor.

9.2. Os materiais utilizados na obra deverão seguir as especificações técnicas exigidas pela fiscalização da obra.

9.3. Os serviços serão executados após ordem de serviços, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo os mesmos acompanhados e fiscalizados por técnicos da mesma.

9.4. É de inteira responsabilidade do proponente/ contratado a fiel execução dos serviços, de forma que a obra seja concluída de acordo com a boa técnica e Normas específicas.

9.5. Não será admitida pelos licitantes/contratado, a alegação de falta de peças técnicas e/ou desconhecimento do processo/ serviços.

9.6. Colocar a serviço sempre pessoal tecnicamente qualificados e especializados sempre que for necessário que deverão apresentar-se aseados e uniformizados. A mão de obra empregada pela contratada deverá ser corretamente dimensionada para atender ao Cronograma de Execução da Obra.

9.7. Manter sempre em serviço um supervisor credenciado e preparado para responder prontamente pela empresa junto a Secretaria Municipal de Educação.

9.8. Manter junto a seu escritório plantão apto para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos.

9.9. Substituir imediatamente qualquer empregado seu que se mostre inconveniente a qualquer pessoa envolvida na execução do objeto.

9.10. Toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista previdenciária, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e acidentes é de responsabilidade única e exclusiva da licitante vencedora, eximindo a contratante de qualquer ônus.

9.11. Solucionar através de providências que se fizerem necessárias as incoerências falhas ou omissões constatadas na execução do contrato.

9.12. Fornecer detalhes construtivos que se fizerem necessários para a perfeita execução da obra.

9.13. Substituir materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inservíveis para a obra.

9.14. Que seja refeito qualquer trabalho que não obedeça aos elementos do projeto e demais disposições contratuais, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes da correção realizada.

9.15. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade e, salvo, os expressamente excluídos adiante, serão inteiramente fornecidos pela contratada.

9.16. Fornecer nota fiscal dos serviços prestados.

9.17. A empresa vencedora deverá indicar antes da liberação da **ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)** e manter um (**PREPOSTO**), profissional técnico devidamente habilitado e capacitado), exclusivo nas dependências do local da prestação dos serviços, no horário e nos dias da prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão dos serviços

prestados, dotado de poderes para controlar a frequência, pontualidade, dirimir dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do contrato.

9.18. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, será notificada a comparecer para assinatura do contrato, devendo para isso efetuar, a título de Caução Inicial, o recolhimento da importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupções dos trabalhos não serão devolvidos a caução inicial e seus reforços, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo firmado com a Prefeitura.

A caução inicial poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

- a) em moeda corrente no país ou em títulos de dívida pública;
- b) em fiança bancária;
- c) em seguro-garantia.

A caução inicial somente poderá ser levantada 60 (sessenta) dias após o encerramento do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

10.1. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, respeitadas as disposições da proposta, do presente contrato.

10.2. Prestar as informações necessárias com clareza, à contratada para execução dos serviços contratados.

10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

10.4. Adotar as medidas solicitadas pela contratada e consideradas necessárias à perfeita execução dos serviços.

10.5. Nomear fiscal para dirimir dúvidas.

10.6. Dar aceitação dos serviços.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL.

11.1. O Prazo de Execução do objeto será de **120 (Cento e vinte) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.)** e de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

11.2. O Prazo de Vigência Contratual será de **180 (Cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura contratual.**

11.3. Em caso de atraso na execução da obra, sem comprovação de condições adversas ou casos fortuitos, a empresa ficará sujeita às sanções preceituadas da Lei 8.666/93, bem como a aplicação das penalidades previstas no contrato.

11.4. Os serviços de reforma serão executados concomitantemente aos serviços de ampliação da unidade conforme cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.

12. DAS MEDIÇÕES.

12.1. As medições mensais serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados e serão feitas pela Equipe de Fiscalização, devidamente acompanhado por um ou mais representante(s) designado(s) pela Contratada.

12.2. O controle físico do andamento da obra será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no **Cronograma Físico-Financeiro da Obra em anexo**, podendo ser adequado conforme a necessidade do Município de Itajaí verificada no decorrer das obras.

12.3. Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório à **abertura do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006** – (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências).

12.4. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela **Secretaria Municipal de Educação**, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: Responsável Técnico da licitante vencedora, pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante.

13. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO.

13.1. Os pagamentos se darão por boletim de medição mensal, in loco do serviço executado e contra apresentação de nota fiscal de prestação de serviços, e os mesmos serão efetuados após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura conforme percentuais estabelecidos no cronograma Físico-Financeiro, desde que as faturas estejam corretas e tenham sido atendidas rigorosamente as especificações da Ordem de serviço e boletim de medição, devidamente atestada pelo servidor do município responsável pela fiscalização e, comprovação do pagamento/regularidade com a Previdência Social e FGTS, sendo que o pagamento e recebimento definitivo serão condicionados à demonstração de regularidade da contratada perante os órgãos antes descritos e funcionários;

13.2. Nos preços ofertados na proposta do CONTRATADO, já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

13.3. Quando houver erro de qualquer natureza na emissão da Nota Fiscal/fatura, o documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que este intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual. Caso não se apresente discriminado os percentuais de mão de obra e material na planilha orçamentária da proponente, será utilizado o percentual de mão de obra para fins de **alíquota de INSS**

conforme **Lei Federal RBF 971 (Art. 450 e 451)**.

13.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Itajaí em favor da Contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

13.5. O primeiro pagamento somente será efetuado após a comprovação por parte da licitante vencedora de que o contrato teve **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** ou **Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**, efetuada no CREA-SC ou CAU-SC.

13.6. A licitante vencedora deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no Município de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.

13.7. A licitante vencedora deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança, o mês de referência da medição realizada, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data do vencimento.

13.8. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A licitante vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

13.9. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

13.10. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

14. DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

14.1. Deverão ser observadas pela licitante vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio do Município de Itajaí e ao público afeto e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas do Município de Itajaí.

14.2. O Município de Itajaí poderá a critério de seu corpo técnico determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela licitante vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante vencedora.

14.3. A licitante vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

15. DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS.

15.1. O Município de Itajaí, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando oficialmente à licitante vencedora tal decisão, nos prazos e termos permitidos em lei.

16. DO RECEBIMENTO DA OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS.

16.1. Para o recebimento das obras e serviços e dos materiais fornecidos será através da fiscalização dos membros/técnicos da Diretoria de Infraestrutura Escolar, que vistoriará as obras e serviços e emitirá **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do o bjeeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93, ou **PROVISÓRIO**, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, a seu critério.

16.2. O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a licitante vencedora das cominações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17. DA RESCISÃO DO CONTRATO.

17.1. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/63 e suas alterações. A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da licitante vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

17.2. Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.

18. CONSIDERAÇÕES GERAIS A CONTRATADA.

18.1. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.

18.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e estimativas dos preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços até 50% (cinquenta por cento) do valor estimado inicialmente.

18.3. Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação.

18.4. Cumprir o cronograma de execução dos serviços, justificando sempre eventuais atrasos e reajustando caso seja necessário e/ou solicitado pela contratante.

18.5. Obedecer às exigências contidas no projeto de engenharia, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais anexos.

18.6. Acompanhar a execução dos serviços de acordo com o proposto no projeto de engenharia, planilha orçamentária, memoriais descritivos e demais anexos.

18.7. Fornecimento de mão de obra especializada, qualificada e capacitada.

18.8. Fornecer materiais de primeira qualidade.

18.9. Responsabilidade pela segurança dos empregados durante o período da obra.

18.10. Solicitar o pedido das instalações provisórias de água e energia elétrica para **SEMASA** e **CELESC** respectivamente em nome da **EMPRESA CONTRATADA** caso necessário.

18.11. Todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação, tais como: Pessoal; Obrigações Trabalhistas; Pagamentos das faturas de **ENERGIA ELÉTRICA** e **ÁGUA** as quais se fará em nome da empresa contratada até o recebimento da obra; Obrigações Previdenciárias, Fiscais, Securitárias e etc., correrão, exclusivamente, às custas do proponente vencedor.

18.12. Indicar o profissional “**PREPOSTO**” para dirigir a execução dos trabalhos.

18.13. Manter **DIÁRIO DE OBRAS** devidamente atualizado durante a execução da obra e **PRESENTE NO CANTEIRO DE OBRAS E DE FÁCIL ACESSO PARA COM A FISCALIZAÇÃO**.

18.14. **MANTER** todos os projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ARTs, alvarás e qualquer licença e/ou autorização referente à obra, **PRESENTE NO CANTEIRO E QUE SEJA DE FÁCIL ACESSO PARA COM A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E CONTRATOS**.

18.15. Entregar a obra e seu entorno totalmente limpa.

Itajaí, 23 de junho de 2021.

Elmir Bortolanza
Arquiteto e Urbanista

Anderson Rodrigues
Diretor de Infraestrutura Escolar